

## **Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?**

Carlos Alvarez Maia  
(UERJ - docente)  
alvarez@iis.com.br

### **Resumo**

Quando Callon-Latour propõem a simetria entre “humanos” e “não-humanos” eles estão designando exatamente o quê? Seres equivalentes entre si do ponto de vista ontológico? O “humano” perde sua distinção – histórica – em relação aos “não-humanos”? E como fica a história nesse quadro de referência?

Entre o ser humano considerado como animal biológico, como representante da espécie *Homo Sapiens*, e o ser humano tomado como animal eminentemente histórico há um fosso compreensivo. Para a disciplina história o ser humano é pensado como um ser constituído ao longo de seu avatar existencial, através de suas relações com a sociedade já instituída e com o mundo que o cerca. Não se nasce humano, torna-se. E isso lhe dá uma distinção fundamental que justifica o objeto das denominadas “Ciências Humanas”.

Há necessidade de desfazer a ambigüidade existente no léxico callon-latouriano para adequar à história as novas orientações que embasam os *science studies*. A questão que norteia este trabalho é especificar o significado dessa noção de simetria para o pensamento histórico.

### **Introdução: a lógica e o horizonte dessa pesquisa**

Entre os dilemas contemporâneos, especialmente nos *Science Studies*, encontra-se a questão do relativismo sociológico e lingüístico que se opõe a uma compreensão realista do mundo, tal como a

que ocorre nas ciências naturais. Já desde Mannheim paira sobre a sociologia a acusação de relativismo e de ser impotente para tratar da produção científica efetiva. Instituíram-se dicotomias encadeadas – interno-externo, natureza-cultura, objetividade-subjetividade, natural-social – que demarcam espaços próprios e excludentes para a ação cognitiva das *hard sciences* e das *soft sciences*. Esses registros marcaram as dificuldades para a constituição de uma história e de uma sociologia da ciência efetivamente vinculadas aos marcos teórico-conceituais das *soft sciences*, durante grande parte do século XX.

Em anos mais recentes, décadas de 1970/1980, novo ingrediente das ciências humanas tornou essa polarização ainda mais conflitante. Trata-se do *discursive turn* ou *linguistic turn* que alçou a linguagem como constitutiva da realidade social e assim abalou-se ainda mais a compreensão objetivista e realista do conhecimento científico. Nesse relativismo radical somente os agentes discursivos em sociedade eram considerados construtores da realidade.

Na tentativa de ultrapassar tais rupturas, a orientação de Callon-Latour<sup>1</sup> resgatou o compromisso com um realismo redesenhado que salta do realismo cientificista e incorpora matizes construtivistas. Essa proposta é escudada por um certo “princípio de simetria” que promove uma equivalência entre os dois tipos de agenciamentos – um, “realista”, dado pelas coisas do mundo e outro, “construtivista”, dado pelos agentes sociais humanos. Assim, retomam alguns elementos do antigo realismo e consideram a paridade de agenciamento entre os humanos e os não-humanos. Ambos passam a ser considerados como agentes construtores, simetricamente instituídos. Tratam-se de duas modalidades de agentes que interagem, entre si, produzindo uma realidade simultaneamente social e natural. Esse passo foi fundamental para refinar nossa compreensão do saber científico, entretanto persistem algumas dificuldades nessa simetrização. Há especialmente duas:

1 – Postular a simetria entre humanos e não-humanos acentua o **estado ontológico** destes agentes em vez de valorizar a função agenciadora por eles exercida. Do ponto de vista etnográfico, seria mais correto dizer “agenciamento recíproco” do que falar de uma “simetria genérica”. E mais, há que se demonstrar a forma específica pela qual este agenciamento recíproco, entre coisas e humanos, efetivamente ocorre. Como as coisas agem sobre os humanos e a sua recíproca.

---

<sup>1</sup> As obras de Bruno Latour utilizadas e que sintetizam bem o olhar callon-latouriano aqui apresentado foram: Bruno Latour, *A esperança de Pandora*, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2001. Bruno Latour, *Ciência em ação*, São Paulo, Editora UNESP, 2000. Bruno Latour, *Jamais fomos modernos*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

Tanto Callon quanto Latour simplesmente o fazem através de dramatizações metafóricas que advogam um hilozoísmo improvável. As coisas são antropomorfizadas em diálogos volitivos com os humanos, revelando um antropocentrismo desnecessário. O modo concreto pelo qual as coisas interagem com os humanos fica sem explicação. A metáfora callon-latouriana que resgata o antigo animismo das coisas do mundo oculta aquilo que merecia uma atenção mais precisa.

Há a necessidade de tomar-se a “simetria” não como um princípio ontológico mas como uma etnografia do agenciamento recíproco.

2 – Ao perder seu caráter distintivo, o humano em Callon-Latour é descaracterizado como um ser historicamente constituído. Perde-se a percepção de que o humano é uma **condição** – uma condição histórica – e fica-se com uma tipologia inata de seres. Ora, não se nasce humano, torna-se. Assim, confundem-se dois conceitos homônimos: humanidade como algo historicamente constituído – uma condição –, e humanidade como conjunto de indivíduos que formam uma espécie – uma taxionomia de essências. O ser biológico denominado *Homo Sapiens* é insuficiente para definir a qualidade humana que somente se dá como vir-a-ser histórico, na sua existência concreta e na linguagem. E isto, tanto na instância filogenética da formação histórica de sua condição humana que estimula o gênero, a espécie humana, quanto na instância ontogenética da formação histórica de cada indivíduo como pessoa humana, em seu devir particularizado.

Na lógica da simetria há que se delinear um espaço de atuação para as ciências históricas, aquelas classicamente denominadas “ciências humanas”.

Para corrigir esses aspectos da proposta de simetria, convoco Ludwik Fleck que incorpora a útil noção de um agenciamento recíproco entre coisas e humanos, e a realocaliza em um cenário mais adequado para as ciências históricas do homem, sem a necessidade das narrativas metafóricas, animistas, de Callon e Latour. Em Fleck, os humanos interagem com as coisas sem anularem sua condição histórica, de seres constituídos em humanos através da linguagem na história. Com a adição de Fleck, o realismo científico e o construtivismo sócio-lingüístico encontram uma síntese harmônica e, além disso, esta síntese está mais afinada com o pensamento histórico que postula por uma identidade para a pessoa humana.

## O quadro originário de problemas

Nos anos da década de 1960, Thomas Kuhn ao produzir uma renovação historiográfica na área da história da ciência introduz aspectos que apontam para um relativismo epistemológico. Mostrou-se quanto o sujeito é um agente construtor, ativo, que interfere no produto do conhecer. Especialmente com seus herdeiros, o aparecimento do “programa forte de sociologia do conhecimento” de David Bloor e S. B. Barnes, na década de 1970, consolida-se um olhar construtivista radical.<sup>2</sup>

Este programa “forte”, caracterizado por seu “princípio de simetria”, expõe a necessidade de tanto o conhecimento considerado verdadeiro quanto o falso serem construções sociais e esse princípio torna-se o alicerce da nova sociologia do conhecimento científico – *sociology of scientific knowledge*, SSK, base dos *social studies of science*, SSS. “A verdade é uma produção social”. Assim se implode o lugar de confinamento em que a sociologia da ciência estava aprisionada até esse instante, somente autorizada a tratar dos desvios da verdade e da objetividade científicas – desvios motivados por interferências do social, a posição madrasta da “sociologia do erro”.<sup>3</sup>

Nessa nova sociologia, os fatos científicos são colocados entre aspas – “fatos” – devido à insurgência da sociedade, das ações do social. É a era da “construção social da realidade”. Com isso abriu-se a arca das fantasmagóricas alternativas relativistas e as subjetividades alçam vôos soturnos. A realidade passa a ser vista como uma construção, a objetividade é encarada não mais como uma aura do objeto “real” mas como um acordo entre sujeitos, um consenso intersubjetivo. É a fase do “construtivismo sociológico” que parece prescindir de qualquer referência ao mundo como seu avalista derradeiro.

Ao seu lado surge um novo componente, a linguagem como questão, o que radicaliza ainda mais esse processo construtivista. O caráter discursivo de uma prática se apresenta como a forma de agenciamento efetivo pelo qual a realidade é constituída. Ocorre aí a fratura total da clássica trilogia significante-significado-referente que amparava a certeza das palavras falarem sobre o “real”, de

---

<sup>2</sup> David Bloor, *Knowledge and Social Imagery*, London, Routledge & Kegan Paul, 1976. Barry Barnes, *Scientific Knowledge and Sociological Theory*, London, Routledge & Kegan Paul, 1974.

<sup>3</sup> Trata-se de um deslocamento radical imposto à sociologia da ciência de linhagem mertoniana e um resgate do olhar mannheimiano, da sua sociologia do conhecimento.

designarem com segurança algo do mundo. A palavra não mais se conecta univocamente às coisas do mundo. O referente de um discurso desaparece do horizonte material, concreto. Nem mesmo o seu significado é bem determinado e os significantes entrelaçam-se entre si, sem um pouso no “real”. Assim, a realidade, lingüística e societária, esfumaça-se e o realismo científico é olhado com desconfiança e ceticismo. O referente emudece. Não há mais como distinguir a realidade da ficção e, doravante, tudo se mostra como discurso, “o mundo é texto”, diz-se, “tudo é texto”, clama-se, nesse construtivismo lingüístico.

Com essas orientações, o *linguistic turn* alçou a linguagem como elemento fundador da realidade social e assim abalou-se ainda mais a compreensão objetivista e realista do conhecimento científico. O realismo foi desmontado, mesmo o estritamente cognitivo. A atividade científica perde seu diferencial ante um sistema de crença qualquer.<sup>4</sup> E aí entra-se em um impasse. Há necessidade dos estudos de ciência darem conta do que lhe é específico, de seu lugar já instituído na sociedade – como o lugar de produção de conhecimentos pretensamente verazes e que falem sobre o mundo. Ciência é uma instituição e sua sociologia precisa saber demarcá-la como tal. Como fazê-lo? Fim de todo e qualquer realismo? Estamos assim ante uma proposta que monta um cenário insatisfatório para equacionar as aporias que se colocam.

### **Callon-Latour entram em cena**

Dos múltiplos e diversificados herdeiros dessa “revolução paradigmática” da sociologia e da linguagem, há uma reação que se tornou notável. Essa reação, capitaneada por Bruno Latour e Michel Callon, mostra-se bastante crítica dos relativismos sócio-lingüísticos e termina por rejeitar a nomenclatura de “social” para marcar seu afastamento dessas correntes. Callon-Latour aceitaram o desafio de enfrentar tal dificuldade e de mostrarem o específico da ciência, abandonando o radicalismo sociológico. Isso justifica uma outra designação: estudos de ciência e tecnologia – *science and technology studies*, STS – substituindo aquela denominação restrita às “influências” da

---

<sup>4</sup> Neste momento, décadas de 1960-1970, popularizou-se a releitura da obra clássica “Bruxaria, magia e oráculos entre os Azande”, de Evans-Prichard, como norte para entender a atividade de cientistas e suas crenças.

sociedade presente nos *social studies of science*.<sup>5</sup> O cerne da questão é escapar dos arroubos relativistas sem recair na antiga tradição da objetividade que emerge das coisas em si, dos fatos da natureza, dos eventos que compõem a realidade do mundo. Seu alvo é desfazer-se tanto do construtivismo sociológico como do lingüístico, advogando algum “neo-realismo” que dê às práticas científicas o direito de estarem falando sobre o mundo, mas que simultaneamente também o construam. Assim, a realidade persiste como construção societária mas é igualmente um agente ativo, com alguma autonomia dos sujeitos. A orientação de Callon-Latour resgatou o compromisso com um realismo redesenhado que salta do mero realismo cientificista e incorpora matizes construtivistas.

Esses autores, no clima da polêmica com o “programa forte”, adotam a nomenclatura diferencial de Bloor com a finalidade de mostrar sua superação, de que foram mais além e o ultrapassaram. Assim estabelecem um outro “princípio de simetria” – agora, “generalizado” –, situado entre sociedade e natureza. Pretendem que o mesmo tratamento analítico dado para as questões sociais deva também ser dado aos “objetos” naturais. Dessa forma, relativismo e realismo, *grosso modo*, embaralham-se sem que nenhum deles alcance uma posição absoluta.

Daí emerge uma útil e renovada apreciação para a antropologia, doravante designada como “antropologia simétrica”, habilitada para tratar com equidade o mundo social e o natural. Uma antropologia focada agora nas sociedades contemporâneas e que observa “os cientistas em ação” como seus “nativos”. São cientistas-nativos submetidos igualmente tanto aos ditames da natureza quanto aos da sociedade. Delineia-se uma postura metodológica bastante produtiva baseada na análise etnográfica que segue os passos efetivos dos agentes na produção do conhecimento – os chamados “estudos de laboratório”.

Porém se esta etnografia dos laboratórios mostra-se adequada para historicizar a produção do conhecimento – ao invés de submetê-la aos cânones epistemológicos dados *a priori* –, há uma questão decorrente do léxico usado no enfrentamento com Bloor e que se mostra bastante

---

<sup>5</sup> Ver a excelente síntese do período realizada em Andrew Pickering (ed.). *Science as practice and culture*, Chicago: University of Chicago Press, 1992, que expõe inúmeras avaliações recíprocas entre as principais correntes de então. A discussão marcante, para nosso propósito, é a que ocorre entre Latour e seus críticos: Collins e Yearley.

problemática. A adoção do termo “princípio de simetria” apresenta algumas implicações nefastas para uma história das relações estabelecidas e que gera mal-entendidos.

Quando esses autores designam “sociedade” e “natureza” como estados simétricos não expressam tanta ambigüidade – estão se referindo a uma situação típica para a antropologia quando esta se aplica às sociedades “frias” –, afinal a compreensão característica da antropologia para as sociedades “selvagens” é exatamente esta: tratar como de igual importância tanto o mundo natural quanto o mundo social. Dir-se-ia mundos “simétricos”. Neste sentido, ao se utilizarem da antropologia para estudar as nossas sociedades, a sociedade moderna, e ao denominarem esta “nova” antropologia de “simétrica” eles não produziram nenhuma “revolução”, estão simplesmente sendo rigorosos e consistentes com o próprio suporte teórico-metodológico da antropologia, com as suas exigências conceituais, que solicitam igualdade de tratamento para os objetos naturais e os eventos culturais. Nada demais, em sentido estrito. Assim, a inovação trazida pelo termo “antropologia simétrica”, efetivamente, nada mais é do que um pleonasma e tão somente um pleonasma. A novidade, é claro, encontra-se no uso da antropologia para analisar a **nossa** sociedade moderna e não a **deles**, as sociedades “frias” dos eternos nativos, como era usual. A grande novidade está em olhar esse objeto “ciência” como um objeto antropológico, em transformar cientistas em nativos.

Até aí, não há maiores divergências, pode-se aceitar o uso do termo “simetria” como uma metáfora pouco problemática que simplesmente expressa uma vontade metodológica e epistêmica de dar o tratamento equípoleto para a análise tanto da Natureza quanto da Sociedade em nosso mundo contemporâneo.

Porém, quando esses autores trasladam esse binômio Natureza/Cultura para outro formado por seus pretensos elementos constitutivos, o par humanos/não-humanos, a situação fica bem mais complexa e imprecisa. O que quer dizer um “princípio de simetria entre humanos e não-humanos”? O tal “princípio” – até por ser um princípio – impõe uma certa equivalência ôntica, entre “humanos” e “não-humanos”, no dizer desses autores, e assim a etnografia fica submetida a um “princípio” que contrabandeia uma ontologia para seus domínios. A metáfora da simetria entre os dois tipos de agentes sugere que se trata de uma distinção entre **estados** de ser, estados simétricos.

Como descrição da ação interativa entre os agentes seria mais próprio dizer **agenciamento recíproco** do que postular um princípio e uma simetria. E para ser fiel ao olhar etnográfico essa questão ficaria melhor colocada se observasse a forma de interação – recíproca – entre os agentes em vez de propor simetria entre estados hipotéticos já cristalizados para as entidades que atuam. E mais, antes de serem olhados como estados estáveis inatos essas categorias de “humanos” e “não-humanos”, por coerência, deveriam ser observadas como produções que ganharam estabilidade societária justamente através desse mesmo agenciamento recíproco.

Afinal, esta é a boa novidade callon-latouriana – **o agenciamento recíproco entre coisas e humanos** –, mas que infelizmente fica assim ofuscada pela disputa mertoniana com Bloor. O embate com Bloor foi a fonte originária de inspiração para Callon-Latour proporem o seu princípio “generalizado” e a sua nomenclatura de estados simétricos para os seres. Envolvidos nesse combate, a compreensão mais precisa de uma etnografia das relações entre agentes, tal como expressa o termo “agenciamento recíproco”, é ocultada. É mascarada por um “princípio generalizado” que foi “politicamente” mais útil para “derrotar” Bloor, para superar o antigo “princípio de simetria” que era tanto o baluarte quanto o estandarte do “programa forte” de Bloor.

Entra-se assim num labirinto. Latour toma como fato aquilo que necessita de explicação etnográfica: como ocorre o agenciamento recíproco? Em vez de supor uma relação animista entre coisas e humanos há que descrever como é que esse agenciamento ocorre. Como as coisas efetivamente atuam sobre os humanos. E, por tal questão não ser posta, outras ainda mais instigantes são impedidas de aparecer, como a que se pergunta sobre que humano é esse. Será uma essência biológica ou será uma condição histórica? E também aquela que mais interesse desperta para a antropologia: como e o que é que transforma um indivíduo biológico em uma **pessoa**, humana? Ou seja, como se obtém o tal humano como um artefato? Afinal, o que é uma pessoa?

### **Os humanos: seres inatos ou pessoas históricas?**

Esse aspecto revela uma grave lacuna na antropologia desenhada por Callon-Latour. Eles não se perguntaram “que humano é este?” e no correr de seus textos persiste um uso ambíguo do termo

“humano”, ele é empregado de forma bastante indefinida e genérica. Como veremos adiante, é justamente por se constituírem em pessoas que os ditos “humanos” podem interagir em geral com as coisas e, reciprocamente, as coisas podem atuar sobre as pessoas. Sem sua condição de pessoa, na maioria dos casos, essa interação deixa de acontecer.

Penso que “humano” seja uma **condição** do ser – dada em cada indivíduo histórico – e não uma qualidade estática, uma essência intrínseca à biologia do ser. Essa condição de humanidade ocorre ao se configurar na categoria de **pessoa**. Pessoa é uma condição adquirida pelos indivíduos biológicos decorrente de seu agenciamento recíproco no mundo. Essa é a sua condição histórica. A pessoa não nasce como tal, é um artefato construído ao longo de sua história em seus agenciamentos recíprocos com as coisas do mundo. Esta é a ontogenia de cada indivíduo que se reconhece e é reconhecido como tal, como uma pessoa.<sup>6</sup>

Esta é uma dificuldade na proposta callon-latouriana de simetria. A linha de pesquisa desenvolvida na extensa obra desses autores buscou inspiração nas técnicas estruturais da narrativa actancial greimasiana. Os actantes, seres semiológicos presentes como sujeitos gramaticais em uma narrativa, restrita à sua instância literal, como agentes da ação lingüística indicada pelo verbo, são vistos na “teoria ator-rede” – *Actor-Network Theory*, ANT, como é conhecida – como cristalizações de presenças concretas, de agentes materiais. Callon-Latour convocam os actantes discursivos e, através de uma alquimia realista, os metamorfoseiam em agentes efetivos no mundo extralingüístico. Há aqui um salto ousado, talvez temerário, na passagem realizada por Callon-Latour do estritamente literal para o mundo material.<sup>7</sup>

A forma retórica pela qual esse princípio de simetria generalizada comparece nos textos advoga um hilozoísmo absolutamente sem sentido. Fornece cores poéticas ao texto, é certo, porém com o custo muito alto de introduzir “ilusões de realismo fantástico” que perturbam a potência e consistência da relação interativa entre os agentes humanos e os agentes materiais, já muito bem estabelecida pela hipótese de agenciamento recíproco. Descaracteriza a hipótese, a desfaz por enredos de brilho

---

<sup>6</sup> Tim Ingold. “Humanidade e Animalidade” in Revista Brasileira de Ciências Sociais no. 28. A publicação na íntegra do artigo encontra-se em <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/112/54/>

<sup>7</sup> O actante textual transmuda-se através de uma técnica descritiva anímica em agente material, simplesmente por uma narração dramatizada. Mas não é por intermédio de uma simulação dramatizada que palavras e coisas se reúnem. É necessário mais, e é desnecessário o apelo animista para integrar coisas ao mundo humano. Latour possui os instrumentos adequados e não os utiliza.

literário em narrativas hилоzoístas improváveis, narrativas que a camuflam sob um novo imbróglіo metafísico totalmente desnecessário.<sup>8</sup>

Somente posso compreender o estabelecimento deste princípio como decorrente do calor do momento de confronto com a versão anterior dos STS; as circunstâncias de debate impõem táticas discursivas, afinal, trata-se de um combate. O uso dessa nomenclatura “princípio de simetria generalizada” é uma arma retórica fatal contra o seu oponente, um outro princípio “mais limitado” – o de Bloor –, que está sendo derrotado pois que ultrapassado, afinal – em nossa modernidade – supõe-se que o novo generaliza o velho, e é melhor, vai mais além, é mais completo. A escolha dos termos – “generalizada” e “simetria” – sugere que algo falta à simetria anterior, que a atual amplia, complementa e supera. Nessa situação de luta mertoniana entre Latour e Bloor, sim, é compreensível o fetiche dado à “simetria”. Mas é só. Conquistado o território, marcado o espaço autoral, deslanchada a nova orientação, basta!

A noção de simetria entre humanos e não-humanos parece um *non sense* para historiadores que se perguntam “que humano é este de que fala Latour?”.

Ao delinear sua narrativa no estilo de um drama pitoresco, como instrumento de sua ação política, Latour define uma estratégia pessoal de produção de impacto e diferenciação autoral, que surpreende o leitor com seu relato de apelo dramático, coisa que sem dúvida esse autor realiza com sucesso e elegância. Porém o enredo explícito nos embates entre os actantes – por sua dramaticidade textual e ênfase teatral – monta um cenário implícito de agentes antropomorfizados, pictóricos. Se por denotação são meros actantes funcionais da e na linguagem, já por sua conotação dramática, antropomórfica, emergem como entes volitivos. Os actantes semiológicos – mediadores como funções discursivas – transmudam-se em seres, e o mais grave: de **lugares** actanciais simétricos no texto tornam-se equivalentes ontológicos na ação. As funções discursivas moldam seres, substâncias com propriedades existenciais. Por suas associações estilísticas o drama descrito por Latour sugere uma leitura realista. Na conotação, de maneira implícita, a narrativa dramatúrgica latouriana eleva ontologicamente aquela simetria de lugares textuais expondo-a como ontologia simétrica efetiva entre as bactérias e Pasteur, entre humanos e não-humanos. E aí cria-se um

---

<sup>8</sup> Há um exame da simetria em Domènech e Tirado (1998: 35-38). Na coletânea de Pickering (1992) há artigos antológicos com réplicas, ver especialmente sobre a simetria p. 312 ss, e uma referência ao caráter hилоzoísta, p. 317.

problema e um embaraço. Não há como um historiador tomar bactérias e coisas como equivalentes ontológicos a humanos. O humano de Latour apresenta ambigüidades e dissonâncias, e sua simetria ontológica com não-humanos simplesmente as amplifica.

O humano de Latour mostra-se irreconhecível para o pensamento histórico, tanto na instância **filogenética**, de sua hominização antropológica que constrói a espécie, como também na **ontogenética**, de sua humanização dada pela historicidade vivencial de cada indivíduo biológico em seu devir humano.

Compreende-se em história que cada indivíduo biológico, dito “humano”, não nasce humano, torna-se humano por suas relações coletivas, societárias, em suas interações com o mundo. Em história nega-se a preeminência da “natureza humana” e aposta-se na sua condição humana, de pessoa. Aposta-se na constituição histórica do humano, em vir a ser o sujeito humano que se torna sujeito na humanização, em um processo de vir-a-ser que o caracteriza e particulariza. Humanização que inscreve cada indivíduo biológico no devir constitutivo da humanidade, na cadeia de hominização que forja uma historicidade diacrônica para a espécie. A ontologia de cada sujeito humano advém dessa dupla condição histórica, e aí se encontra a sua singularidade. Uma singularidade que o constitui como artefato histórico.

Vou examinar um caso, descrito pelo próprio Latour, que expõe a necessidade de que a categoria de pessoa seja considerada para que o agenciamento recíproco ocorra. O notável artigo “Referência circulante” relata como uma análise antropológica se desenvolve sobre o trabalho de campo de cientistas em ação.<sup>9</sup> Os personagens “humanos”, tal como descritos por Latour, são: Heloísa, geógrafa, brasileira; Edileusa, brasileira, botânica; Armand, francês, pedólogo; René, francês, pedólogo; e o próprio Latour na função de antropólogo. A cena se completa com os personagens “não-humanos”, o solo entre a savana e a floresta, e a vegetação típica dessas duas regiões em contato. A questão que se coloca é saber se é a savana que está invadindo a floresta – promovendo a preocupante “desertificação” da Amazônia –, ou se é o contrário, se a floresta está fertilizando o árido solo da savana. O trabalho técnico desenvolvido por esses atores é totalmente dependente das suas respectivas formações científicas para desvendar a questão de qual dos dois lados está se

---

<sup>9</sup> Bruno Latour. “Referência circulante” in Latour. *A esperança de Pandora*, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2001. 39-96. Ver especialmente, p 40-43.

expandindo, se a savana ou se a floresta. “Se todo o seu conhecimento de botânica faz com que Edileusa fique do lado da floresta, todo o conhecimento de pedologia de Armand fá-lo inclinar-se para a savana”.<sup>10</sup>

Não é possível substituir qualquer um desses personagens por um leigo, ou por outro “humano” qualquer. A interação “simétrica” que possa ocorrer entre as plantas e Edileusa, ou entre os grãos de solo e Armand, decorrem da especificidade dessas pessoas. Decorrem daquilo que as faz pessoas. Somente haverá agenciamento recíproco entre as plantas – ou o solo – e o personagem “humano” se este indivíduo “humano” adquiriu a formação especializada correspondente. É através da categoria de pessoa que Edileusa ou Armand podem interagir com as coisas. Para que os “não-humanos”, plantas e solo, possam coagir os “humanos” é necessário que estes sejam pessoas, e pessoas particulares: botânica e pedólogo. Tornaram-se pessoas ao se formarem historicamente dentro de um espaço simbólico e os agenciamentos dos quais participam somente ocorre nesse espaço simbólico que constitui aquelas entidades biológicas – humanas – em pessoas. Não se pode substituir esses espécimes de indivíduos biológicos “humanos” por outros, isto é, a relação estabelecida não é a de uma “simetria entre humanos e não-humanos”, mas uma coerção das coisas sobre um determinado tipo de pessoa.

Claro, a interação dá-se no confronto entre as coisas e o sistema simbólico que conforma os atores; não por uma pretensa essência humana inata mas, sim, por sua condição histórica dada por viverem ou como botânica ou como pedólogo. Somente uma botânica poderá “ler” o que “dizem” as plantas e, analogamente, somente um pedólogo poderá recolher as informações explicitadas pelo solo. Eles serão afetados, ou dito de outra maneira, entrarão em um agenciamento recíproco com os “não-humanos”, devido justamente aos seus sistemas simbólicos – constitutivos das pessoas que se tornaram.

Eles são pessoas por terem se constituído como “brasileira” ou como “francês”, isto é, pertencerem a um idioma, a uma nação com seus hábitos e costumes. São pessoas, por terem se constituído num espaço simbólico acadêmico, seja de pedólogo ou seja de botânica. Edileusa fala português do Brasil e se formou em botânica no Brasil. São ambos – o idioma e a titulação acadêmica – universos discursivos históricos constitutivos de pessoas. Edileusa, Armand, René e Heloísa são pessoas.

---

<sup>10</sup> ídem, p. 42

Este espaço simbólico no qual a interação se dá é o espaço de suas historicidades – de coisas e de pessoas –, é o espaço da história.

Na ausência de uma etnografia que explicita como a pessoa é conformada interativamente – tanto no mundo natural quanto no social – decorrem algumas percepções tradicionalistas a respeito das “qualidades humanas” e que invadem inesperadamente o cenário callon-latouriano. A mais grave é o entendimento que apresentam para a linguagem.

Assim, inesperadamente para uma proposta tão renovadora persiste uma visão ortodoxa de linguagem prisioneira de arcaísmos. A linguagem perde a oportunidade de ganhar uma versão atualizada com a etnografia estabelecida e deixa de ser vista como instrumento e agência das múltiplas interações – entre indivíduos e entre estes e o mundo que os cerca –, como elo entre as pessoas; um elo formador e que as articula com as coisas. Ora, no agenciamento recíproco há uma atribuição fundante para a linguagem como escritura de inscrições materiais<sup>11</sup> e que é constitutiva das entidades – “humanas” e “não-humanas” – que povoam o mundo. E isto é completamente desconsiderado por Callon-Latour: a linguagem tomada como o próprio agenciamento. Claro, trata-se de uma outra concepção de linguagem bem afastada da tradicional percepção que a confina como se fosse algo produzido por mentes de indivíduos racionais em comunicação entre si. Trata-se da linguagem como agência material.

Em Callon-Latour, além de sociedade e linguagem serem instâncias separadas, a linguagem é compreendida como um produto mental, uma produção imaterial dos “humanos”, entre os “humanos” – latourianos. Curiosamente, Latour se apraz em criticar a visão mentalista de linguagem e não investe em outra, em uma mais alinhada com a sua etnografia.

Na ausência do entendimento de que a linguagem é o próprio agenciamento recíproco ocorre um vácuo explicativo. O agenciamento em si deixa de ser o motor das explicações sendo substituído por uma retórica exótica. Em vez de detalharem a ação etnográfica pela qual os agentes interagem, há uma fantasiosa compreensão animista nas relações “simétricas” entre humanos e não-humanos simulando ficcionalmente a forma de agência. Callon-Latour arquitetam um cenário de *Disneyland*

---

<sup>11</sup> Ver essa questão em Carlos A Maia. “A materialidade da linguagem na história e na ciência”. 2006.

*Park* para o mundo e suas entidades. Essa visão animista da natureza e que antropomorfiza as coisas do mundo é a maneira encontrada por esses autores para explicar como se dá a interação concreta entre os agentes humanos e os não-humanos. As coisas tornam-se agentes intencionais. Os não-humanos, as coisas, atuam volitivamente sobre os humanos, em vez da necessária etnografia do agenciamento recíproco que aí e assim se dá. A relação entre os agentes é meramente descrita por alegorias figuradas, metafóricas, que são insuficientes como relatos etnográficos.

Assim, Callon-Latour escapam do problema a ser enfrentado, ocultando-o em narrativas dramáticas e hilozoístas. É justamente essa antropomorfização que se torna a solução explicativa, nesses autores, para as efetivas relações sociológicas e históricas que os humanos estabelecem através da linguagem, entre si e com as coisas das quais se apropriam. O animismo torna-se a “explicação” como simulacro de uma solução montada através de metáforas abusivas. Especialmente Latour desqualifica repetidamente a sociologia e a análise do discurso como construtivismos simplificados e os vê impróprios para tratarem da ciência.

E assim a equação histórica – da linguagem como ação constitutiva – foi apagada. Ora, o agente humano somente ganha essa designação por ser constituído na história, no espaço simbólico, ou seja, o que é o mesmo, na linguagem, pela linguagem – em seu encontro existencial com o mundo. A linguagem – como forma de agência interativa – é que o constitui como humano, uma pessoa. O animal biológico não nasce humano, torna-se. Torna-se uma pessoa humana ao ingressar no mundo das ações simbólicas, da história, da linguagem como ação histórica. Instala-se um certo imbróglio metafísico, aí e assim. Há aqui dois equívocos, um ontológico e um histórico. A simetria produz um paradoxo ontológico, apaga o específico e constitutivo daquilo que ele denomina de humanos tornando-os equivalentes ontológicos aos não-humanos. Ao seu lado produz uma incongruência histórica, emudece a história e a historicidade dos seres.

Necessitamos retomar um olhar etnográfico e apoiado em uma semiologia diversa daquela – a estrutural de Greimas – que informou o olhar de Latour. Uma etnografia das relações entre os humanos e as coisas do mundo. Uma etnografia que reúna em um único processo linguagem, sociedade e construção material de sentido, como um processo de construção da realidade. Uma realidade simultaneamente social e natural, inseparáveis em seu vir-a-ser. Este é o dilema contemporâneo. E também o maior desafio aqui, da pesquisa subjacente a este artigo. Um desafio

que me conduz em busca de uma solução que seja adequada e compatível ao pensamento histórico propriamente dito. Uma solução centrada na historicidade das coisas; sejam coisas sociais, naturais ou discursivas.

Em contraponto aos impasses edificados por Callon-Latour, resgato Ludwik Fleck, revigorando seus conceitos fundamentais no quadro de uma matriz analítica histórica. Tomo Fleck como alternativa que avança para além dos limites contraditórios da visão de Latour, especialmente, e a complementa historicamente de forma mais rica e satisfatória. Com a adição de Fleck, o realismo científico moderado e o construtivismo lingüístico e sociológico encontram uma síntese mais afinada com a história. Este é meu objeto: quão harmônica é esta síntese? Trata-se de um “realismo construtivo”?

### **Fleck: caminhando para um realismo construtivo**

Fleck<sup>12</sup> possui o olhar sócio-histórico necessário para se pensar a linguagem como um modo de ação construtor de sentidos sobre a realidade e também como constitutivo dos próprios falantes-agentes. Seus conceitos vinculados de “estilo de pensamento” (*Denkstil*) e de “coletivo de pensamento” (*Denkkollektiv*) fornecem as expressões sociais e materiais que agenciam o caráter protocolar e histórico de todo processo de conhecimento através de práticas coletivas que são, por isso mesmo, práticas discursivas.<sup>13</sup>

Diríamos com os exemplos tomados de Latour, no artigo “Referência circulante”, que a botânica Edileusa “lê” o mundo e suas coisas através de seu “estilo de pensamento”, o de botânica. As plantas afetam, sensibilizam, Edileusa diferentemente do que ocorre com Armand, o pedólogo. A forma de agenciamento das coisas sobre os humanos dependerá do estilo. Essa é a novidade fleckiana.

---

<sup>12</sup> Ludwik Fleck, *The Genesis and Development of a Scientific Fact*, Chicago. University of Chicago Press, 1979.

<sup>13</sup> O “estilo” pode ser definido como um perceber direcionado que corresponde a uma elaboração objetiva daquilo que é assim percebido. Fleck, *The Genesis*, *op. cit.*, 99.

O conceito “estilo de pensamento” se constitui no elemento circunstancial coercitivo dos atos sócio-mentais individuais e guarda proximidade – ultrapassando-o – com o introduzido por Mannheim, em 1925, fortalecido em *Ideologia e Utopia*.<sup>14</sup> O estilo de pensamento exerce sobre as percepções individuais uma coerção, converte-se na percepção imediata das formas correspondentes, tal que qualquer observação – mesmo a científica – será uma função do estilo de pensamento que a sustenta. O estilo provê uma propensão para a percepção de algumas formas (*Gestalten*) e proporciona a disposição para um perceber orientado, um “ver formativo” (*Gestaltsehen*) que condiciona sua elaboração objetiva.<sup>15</sup> O estilo forja o modo pelo qual indivíduos vêem e interagem com o mundo. Forja os indivíduos como pessoas.

Assim Fleck enfrenta a idéia de fatos em si, de uma realidade absoluta, o Real metafísico, e considera a observação livre de suposições uma fantasia do realismo extremo. Nesse processo é que os “fatos”, supostos absolutos, são produzidos e que a realidade é paulatinamente delineada. A realidade é um constructo, um artefato, continuamente redesenhado – em decorrência da percepção dos fatos do mundo. A realidade é um artefato produto/produtor de fatos. Fatos que somente são visíveis e estáveis em um estilo determinado e que dão “materialidade” aos conceitos e noções. Os fatos cimentam a base para ancorar os conceitos. “A meta de todas as ciências empíricas é a elaboração deste ‘solo firme de fatos’.”<sup>16</sup>

Não há em Fleck o risco dos exageros dos relativismos, sociológico ou lingüístico. O acordo que os agentes possam promover entre si está sempre condicionado por este “solo firme de fatos”. O mundo não é uma invenção de mentes incorpóreas, o desenho do mundo depende da sensibilização que o mundo produza sobre os ditos observadores. Porém, esses observadores não são, pelo seu lado, meros transmissores de uma verdade que já esteja lá, no mundo. Há uma coerção mútua entre o sujeito que conhece e o objeto. E essa coerção, o agenciamento recíproco, é um exercício da linguagem que os constitui – ambos, sujeito e objeto, como tais – em agentes. A linguagem conforma a realidade, condiciona as formas de vida e os estilos de pensamento que instituem os agentes ditos “humanos” como pessoas.

---

<sup>14</sup> Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Guanabara, s. d. Karl Mannheim (edited by Paul Kecskemeti), *Essays on the Sociology of Knowledge*, London, Routledge & Kegan Paul, 1952.

<sup>15</sup> Fleck, *The Genesis*, *op. cit.*, 99, 133, 134, 142.

<sup>16</sup> Fleck, *The Genesis*, *op. cit.*, 95.

## Bibliografia

- Alessandro Duranti. *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge Univ., 2000.
- Andrew Pickering (ed.). *Science as practice and culture*. Chicago: Univ. of Chicago, 1992.
- David Bloor. *Knowledge and Social Imagery*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.
- Barry Barnes. *Scientific Knowledge and Sociological Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- Jacques Derrida. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- José Ferrater Mora. *Diccionario de Filosofía*. Madrid: Alianza, 1981, 4v.
- Bruno Latour. *A esperança de Pandora*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- Bruno Latour. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Bruno Latour. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- Carlos A. Maia. “A materialidade da linguagem na história e na ciência”. In *Linguística Textual, Pragmática etc.* Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2006. v. X, no. 13, p. 45-56.
- Ludwik Fleck. *The Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: Univ. of Chicago, 1979.
- Luiz Antonio Marcuschi. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- Miquel Domènech e Francisco Javier Tirado (comps). *Sociología simétrica*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- Thomas Kuhn. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Tim Ingold. “Humanidade e Animalidade”. in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no. 28.  
<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/112/54/>
- Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, s. d.
- Karl Mannheim (Paul Kecskemeti, ed.). *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952.
- Volker Meja and Nico Stehr (ed.). *Knowledge and Politics. The sociology of knowledge dispute*. London: Routledge, 1990.